

A BATALHA GLOBAL ENTRE O ESTADO E A MÍDIA NA ERA DA INFORMAÇÃO

Mariela Ferreira de Santana¹
e-mail:marielasantana@gmail.com

RESUMO

Historicamente, o instrumento de sustentação do Estado-Nação tem sido o controle sobre as informações e, conseqüentemente, sobre a formação da opinião pública. Após o golpe de 1964, houve um reencontro da sociedade civil brasileira com as práticas políticas, o que gerou muitos conflitos entre uma população e um regime militar autoritário e ditador. A liberdade de expressão e a diversidade da mídia foram perseguidas pela imprensa e pela população em busca da verdade. Nos anos 90, iniciou-se um confronto entre a comunicação global e a política mundial, visto que os meios de veiculação da informação estavam fugindo ao controle dos interesses do Estado. É a partir daí que surge uma sociedade civil dentro da democracia brasileira, que contribui fortemente para o processo de liberalização das políticas do Estado e para a formação da cidadania no país. A mídia tem papel importantíssimo nessa prática de libertação social, visto que assume o papel de tradutora e emissora de conhecimento e informação. O Estado tenta retomar o controle sob a veiculação das informações, mas para muitos autores, esta é uma batalha vencida.

PALAVRAS-CHAVE:

Mídia – Globalização – Comunicação - Estado

¹Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Portugal

ABSTRACT

Historically, the instrument of support of the nation State has been the control over the information and, consequently, on the formation of public opinion. After the 1964's, there was a rematch of Brazilian civil society political practices, which generated many conflicts between a population and an authoritarian military regime and dictator. Freedom of expression and diversity of the media were harassed by the press and by the population in search of truth. In the 1990s, began a confrontation between the global communication and world politics, since the means of publicizing information were fleeing to the control of the interests of the State. It is from there that a civil society within the Brazilian democracy, which contributes greatly to the process of liberalization policies of the State and to the formation of citizenship in the country. The media has crucial role in the practice of social liberation, since it assumes the role of translator and broadcaster of knowledge and information. The State tries to regain control over the airing of the information, but for many authors, this is a battle won.

KEYWORDS:

Media – Globalization – Communication – State.

INTRODUÇÃO

Durante o período de ditadura militar, a censura dominou o cenário brasileiro, impedindo a liberdade de expressão e tolhendo a população de manifestar seus anseios, na tentativa de erradicar a opinião pública da circulação nacional. Isso se deu pelo receio militar do povo se transformar em uma ameaça para o sistema imposto por eles.

Após o golpe de 1964, houve um reencontro da sociedade civil brasileira com as práticas políticas, o que gerou muitos conflitos entre uma população sedenta por liberdade de expressão e um regime militar autoritário e ditador. Desses confrontos, saíram muitas mortes, torturas e exílios, já que o regime militar não perdoava quem os enfrentasse.

É por esta razão, que foi de suma importância o processo de transição para o regime democrático e a liberação dos direitos de expressão e informação no Brasil (MARANHÃO, 2005). No entanto, esse processo foi conquistado através de muita luta e, em alguns casos, com o sacrifício das vidas das pessoas que buscaram, nos últimos anos, a liberdade do país.

Historicamente, o instrumento de sustentação do Estado-Nação tem sido o controle sobre as informações e, conseqüentemente, sobre a formação da opinião pública. De acordo com Castells (2002, p. 299), “os governos nacionais passaram a sofrer enormes pressões na década de 80, sob diversas formas”.

Essa foi a forma que o povo encontrou de manifestar sua insatisfação em relação ao sistema imposto pelos militares. Não mais se conformavam com as notícias compradas, sempre favorecendo o regime e omitindo a maior parte da verdade sobre as atrocidades cometidas contra todos aqueles que se posicionavam, de qualquer forma, contra o governo.

A liberdade de expressão e a diversidade da mídia foram perseguidas pela imprensa e pela população sedenta pela verdade. O público, de um modo geral não mais se contentava com as tais notícias compradas, que favoreciam um ou outro partido político, mesmo após o fim da ditadura.

Os veículos de comunicação estatais foram privatizados, devido às dificuldades financeiras. Era necessário que as elites estivessem a favor do novo sistema de comunicação, para que uma

nova “ditadura midiática” fosse imposta à população.

“Desde os meados do século XIX, a comunicação global tem sido uma preocupação importante na agenda da comunidade internacional” (HAMELINK, 2008). Isso mostra que tal preocupação não era exclusiva da população brasileira. Já nos anos 1990, iniciou-se um confronto entre a comunicação global e a política mundial, visto que os meios de veiculação da informação estavam fugindo ao controle dos interesses do Estado.

De acordo com Hamelink (2008), “um importante desafio para o século XXI é a inclusão de atores da sociedade civil global nesse processo de negociação”, visto que a mídia teria que enfrentar sozinha o poder estatal, seria valiosíssima a participação do povo nesse processo.

É a partir daí que surge uma sociedade civil na democracia brasileira, que contribui fortemente para o processo de liberalização das políticas do Estado e para a formação da cidadania no país. Desta forma, a população poderia contribuir com a imprensa para a formação da tão almejada opinião pública brasileira.

A mídia tem papel importantíssimo nessa prática de libertação social, visto que assume o papel de tradutora e emissora de conhecimento e informação (MARANHÃO, 2005). Os veículos de informação sempre participaram de forma decisiva na formação da cidadania de um país e influenciaram na formação de sua opinião pública.

Neste estudo, primeiramente, serão discutidas questões acerca da nova fase política do poder do Estado sobre os meios de comunicação, na qual houve uma significativa perda de controle por parte do Estado-Nação. Será abordada a relação estabelecida entre a mídia e a globalização, além da possível perda do controle do estado sobre a circulação das notícias.

Em seguida, será avaliada a questão da transição político-econômica da mídia, em sua nova fase, na qual os veículos de informação estão dando prioridade para os grandes investidores. Isso porque a publicidade é a mantenedora da mídia, através de seus anúncios e investimentos financeiros nesse setor.

Num terceiro momento, será feita uma análise da relação entre a mídia local e a globalização da mídia, visto que esta está cada vez mais se deslocando do setor global para os mundos locais de cada nação em específico.

Por fim, foram feitas algumas considerações

finais acerca do assunto, com propostas e sugestões, para minimizar os efeitos desagradáveis da tentativa do Estado em retomar o controle dos veículos de comunicação e da informação, mostrando que a globalização midiática já tomou rumos quase irreversíveis sob a ótica do poder público.

MÍDIA E GLOBALIZAÇÃO: O ESTADO PERDE O CONTROLE

É histórico o fato de o Estado procurar sempre transformar o que é apenas de fato em algo de direito. Isto implica dizer que, ao longo do tempo, tudo aquilo que existe, seja coerção, seja sua imposição soberana, em algo legítimo, racionalizado, jurídico e amparado legalmente. O ato de poder sai da esfera empírica para entrar na esfera da legalidade.

Segundo Golçalves (2011), “durante o decorrer da História, o conceito de Soberania esteve vinculado à racionalização jurídica do Poder, no sentido de transformação da capacidade de coerção em Poder legítimo. Traduzindo, recaiu na transformação do Poder de Fato em Poder de Direito”.

O Estado abriga diversas formas de concentração humana, todas sob sua jurisprudência, para que ele possa exercer sua influência e poder absolutos sobre as pessoas. Diversas são as comunidades de compõem o Estado, cada qual a seu modo e isso também ocorre ao longo da história, do mesmo jeitinho.

Para Golçalves (2011), “Apesar de serem consideradas formas antigas de concentração de convivência humana, elas reaparecem nos tempos atuais, revigoradas pela tecnologia das comunicações”, isto é, as comunidades existem ontem e continuam existindo hoje, só que modificadas pelo tempo.

Isto implica dizer que as tecnologias são um adendo facilitador da comunicação de um povo, acelerando o processo de divulgação de notícias e circulando as informações dentro da comunidade de forma mais rápida e segura, sem necessariamente receber influência do poder do Estado por causa da velocidade de propagação.

O que ocorre é que o Estado deixa de ser o ator principal do cenário internacional e passa a ser considerado como uma “empresa global”. Desta forma, ao invés de girar em torno da política, como já era historicamente de praxe, as comunicações passam a obedecer às regras ditadas pela economia. Desta forma, ocorre a

desregulamentação da informação.

“A reeleição de Luís Inácio Lula da Silva, para mais quatro anos de governo no Brasil, veio carregada de expectativas quanto às diferentes áreas, entre elas a das políticas nacionais de comunicação” (BRITTOS, 2007). Para ele, a implantação da TV digital terrestre ainda é algo a se avaliar. No entanto, a construção da política nacional de comunicação de que o país precisa, segundo Brittos (2007), ainda não recebeu a devida importância.

De acordo com Brittos (2007), os aspectos relacionados às tecnologias da informação e da comunicação não estão sendo tratadas, dentro da sociedade, com a devida importância que merecem. Tal importância estaria aferida pela possibilidade de troca ágil de informações que elas proporcionam.

Na década de 1970, ocorreu a substituição do modelo capitalista estabelecido desde o final da Segunda Guerra Mundial, que ficou caracterizado pelo consumo e produção de massa, intervenção estatal na atividade econômica, gestão planejada da economia, dentre outros.

Segundo Brittos (2007), o modelo capitalista implementado no Brasil não teve um marco regulamentar coerente, planejado, debatido e construído de forma organizada, excluindo algumas camadas da sociedade do acesso aos meios eletrônicos.

Desta forma, não há uma universalização de acesso ao meio, visto que uma grande parte da população do país ainda não tem acesso às mídias eletrônicas, digitais, entre outras. Apenas uma pequena parcela da sociedade tem acesso à internet e a computadores, ainda no século XXI.

Seria necessário criar metas econômicas, políticas e culturais de curto, médio e longo prazo para expandir o acesso da maioria da população às tecnologias da informação, para que as notícias tenham realmente o alcance necessário e pretendido, até porque foi justamente por isso que elas foram criadas.

TRANSIÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DA MÍDIA

As mudanças acerca da nova era da informação não se limitam à ascensão da tecnologia, mas também às alterações na regulamentação das comunicações mundiais e, com elas, as privatizações dos veículos de informação.

Desta forma, ocorre um processo generalizado de desregulamentação.

Consequentemente, há um reposicionamento do Estado e da concorrência internacional (BRITTOS, 2007). O fato dos veículos de comunicação terem sido remanejados para o poder privado, facilitou o distanciamento do Estado do controle total do que era ou seria veiculado.

A mídia sai do controle do Estado-Nação e passa a ser globalizada, com incentivo e investimentos de grandes empresas do mundo todo. Mas para Castells (2002, p. 299), “isso não quer dizer que os Estados não tenham mais nenhuma participação na mídia. Os governos ainda detêm controle de meios de comunicação importantes”.

Por mais que a internet consiga divulgar as informações de maneira rápida e praticamente sem controle, alguns veículos de comunicação, como a televisão e alguns jornais impressos ainda sofrem influência das imposições do Estado, publicando notícias de interesse exclusivo do governo e ocultando alguns fatos que possam comprometer sua imagem perante a população.

No entanto, há autores que discordam disso e alegam que o poder das telecomunicações está de forma livre nas mãos do setor privado. Para Hamelink (2008), “a mão invisível dos interesses econômicos que sempre guiaram a tomada de decisões políticas se tornou nos últimos anos mais e mais visível”.

Isto implica dizer que houve um deslocamento das políticas de ação, antes sob o controle do governo, para as mãos dos agentes responsáveis pelos setores privados. Segundo ele (2008), “O gerenciamento global das telecomunicações está à mercê de empresários operando livremente”.

Já para Jambeyro (2011), a regulamentação liberalizante favorece a ação dos agentes privados e o processo de globalização “reduz o poder dos Estados-Nações e fortalece os conglomerados industriais e comerciais”. As normas e controles estatais que pareciam consolidados foram transferidos para as mãos do setor privado.

O que ocorre é que os empresários do setor privado têm sim o controle das informações e de seus meios de divulgação. Entretanto, existem situações em que esses estabelecem alianças com o poder público, devido a interesses comuns. Isso justifica o fato de alguns veículos de comunicação procurarem peneirar as notícias que chegam até sua redação, no intuito de favorecer o Estado.

Para facilitar o acesso universal dos serviços de informação e das telecomunicações, foi necessário criar mercados competitivos e o deslocamento do domínio público para o privado. Para HAMELINK (2008), “durante os anos 80, a desregulamentação se tornou o princípio condutor da política pública”.

É importante salientar que ainda há um certo cuidado das grandes empresas midiáticas em não hostilizar os controladores do mercado de um modo geral. Contudo, mesmo o Estado exercendo algum tipo de influência sobre a comunicação, as tecnologias da informação fizeram com que parte desse poder fosse perdido, principalmente devido à necessidade da mídia em conquistar sua independência para garantir a credibilidade.

O que acontece é que os veículos de comunicação são sustentados pela publicidade e se não houver credibilidade, não há procura por divulgação de marcas e serviços naquele canal midiático. Desta forma, estará limitando seu público e, possivelmente, entrando em colapso.

“Independência e profissionalismo não são apenas ideologias gratificantes para a mídia: tais conceitos se transformam em um grande negócio, por vezes incluindo a possibilidade de vender a independência por um bom preço caso surja a oportunidade” (CASTELLS, 2002, p. 301).

E assim se move o mercado das comunicações. A economia do país é detentora do poder sobre o que vai ou não ser veiculado. Se os grandes investidores da vez forem os empresários privados, o Estado perde espaço em prol da credibilidade necessária para continuar fechando negócios.

Caso os papéis se invertam e o Estado passe a oferecer mais vantagens, as alianças entre os veículos de comunicação e o governo são estabelecidas e a credibilidade deixa de ser tão importante neste momento. Porém, o que é fundamental ressaltar aqui é que quem detém o controle sob a tomada de decisões é, sem dúvida, o dono do meio de informação, de acordo com seus interesses.

Para Pires (2007), “vencer distâncias, destruir as barreiras espaciais, reduzir o tempo de circulação do capital, aumentar a velocidade e a escala dos mercados, eis o principal fundamento da acumulação capitalista”. É assim que a internet assume papel de destaque, pela velocidade que impõe à transmissão de informações e pelo

seu alcance inigualável.

Para Hamelink (2008), as questões centrais da política atual de comunicação devem se referir a três domínios: as telecomunicações, os direitos de propriedade intelectual e a comunicação de massa. O campo das telecomunicações inclui, agora, a comunicação de dados e suas questões principais envolvem acessibilidade, distribuição e confidencialidade.

Mas fica difícil ter todo esse controle quando o assunto em questão é a internet, principalmente no que tange os direitos de propriedade intelectual e a confidencialidade. O grande problema, hoje, enfrentado pela mídia globalizada está na questão dos conteúdos nocivos que entram em veiculação.

Cada um tem a liberdade de publicar, em rede, o que quiser e tiver vontade, pois a fiscalização desses conteúdos é precária e as formas de punição pouco eficientes. O resultado disso são conteúdos pornográficos, páginas facilitadoras da violência doméstica, abuso infantil, tráfico de drogas, de menores e de órgãos circulando livremente na internet, ao alcance de todos.

Outra coisa importante é a questão da confidencialidade e da privacidade que foram rompidas com a criação de sites de relacionamentos e páginas pessoais. Não existe uma forma eficaz de manter esses conteúdos em absoluto sigilo, fora do alcance indesejado.

Fica difícil também garantir o direito de propriedade intelectual, pois os dados fornecidos na tela do computador são de conhecimento público e sem o registro de uma assinatura ou um órgão competente para garantir os direitos autorais do criador da obra.

De acordo com Hamelink (2008), “por isso a regulamentação de conteúdo na internet é hoje uma nova e urgente questão na agenda da política da comunicação global”. Para isso, são realizados fóruns multilaterais, governamentais ou não, que debatem o assunto e discutem possíveis soluções para o controle desse tipo de informação.

Infelizmente, a política de comunicação global saiu da esfera das considerações políticas e adotou um discurso comercial amplamente econômico, definida pelos padrões de mercado. Como evidência disso, pode-se citar a importância dada à proteção aos investidores e produtores corporativos.

Outros fatores que merecem ser lembrados são a acessibilidade e distribuição das mídias

eletrônicas. Infelizmente, apenas algumas camadas da sociedade têm acesso às redes, enquanto a maioria esmagadora continua alheia à mídia globalizada.

Isso sem contar que a distribuição territorial no Brasil, dos meios técnicos científicos, se restringe a uma região que, alguns geógrafos difundem, chamada de “região concentrada”, que corresponde às regiões Sul e Sudeste do país. Em contrapartida, as demais regiões brasileiras continuam apresentando números inferiores de acesso a esses meios, sendo as regiões Norte e Nordeste as mais prejudicadas.

Essas diferenças ocorrem inclusive dentro do próprio estado, chegando a capital a alcançar números assustadoramente maiores, de contato com os meios técnicos-científicos, do que as cidadezinhas do interior, principalmente as de difícil acesso ou distantes da capital.

Contudo, o Brasil ainda assim tem passado por constantes mudanças na sua distribuição geográfica e, com isso, inevitavelmente em sua distribuição midiática. Esse processo já dura décadas, mas pode-se dizer que o momento decisivo para o começo das transformações se deu entre os anos 80 e 90.

Segundo Castells (2002, p. 299), “há poucos países no mundo, com exceção da China, Cingapura e o mundo islâmico fundamentalista, em que a estrutura institucional e comercial da mídia não tenha passado por mudanças drásticas entre meados da década de 80 e meados dos anos 90”.

MÍDIA LOCAL VERSUS GLOBALIZAÇÃO DA MÍDIA

Segundo Gambini (2011), acredita-se que há uma nova forma de exercício do poder soberano estatal, e não simplesmente o fim do Estado-Nação como muitos defendem. A sociedade pós-industrial vem se organizando através de redes globais. Desta forma, a sociedade da informação ocupa lugar de destaque, justamente por ter se posicionado em relação aos conceitos políticos de poder e soberania.

Uma nova integração se estabelece, na era da informação, visto que as sociedades estão conectadas em âmbito global, de diversas formas, com trocas instantâneas de informação e um fluxo eletrônico de difusão em rede. Uma

notícia postada na internet chega em tempo real do outro lado do globo, permitindo que as informações sejam divulgadas de forma cada vez mais rápida.

Para Gambini (2011), “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades”. Isto implica dizer que os meios midiáticos estão gerenciando as formações sociais, pois estabelecem ou não conexões entre as comunidades e diferentes culturas.

Em contrapartida, em paralelo à globalização da mídia, “tem-se verificado em diversos países um crescimento extraordinário da mídia local” (CASTELLS, 2002), ou seja, cada organização está se dedicando a melhorar e investir no que vem de dentro, pois o retorno é mais garantido, através das parcerias com o poder privado e alianças com o poder público.

Para fugir do controle do Estado, alguns meios de comunicação locais estão fazendo parcerias e unindo forças, dividindo o horário da programação e, em alguns casos, priorizando a audiência de um determinado grupo da camada popular, o que desmitifica aquela ideia padrão de meios de comunicação de massa, já que se torna mais específica.

Com isso, houve um processo de popularização da Ciência através da intermediação da mídia de massa, estabelecendo uma ponte entre ciência-mídia-escola, como estâncias fundamentais na formação do indivíduo-cidadão. Apesar de serem ainda iniciativas isoladas, o pouco que se investe, já traz resultados significativos para a população.

Vale ressaltar que o Estado é responsável pelo analfabetismo científico, pela falta de incentivo e políticas públicas que desenvolvam mudanças significativas no processo de aprendizado da Ciência e da Tecnologia, nas instituições de ensino, na ausência de regulamentação e na divulgação científica nos meios de comunicação (MARANHÃO, 2005).

Como exemplo de veículo de comunicação extraterritorial, pode-se citar a internet. De acordo com Castells (2002), “a comunicação via computador também foge ao controle do Estado-Nação” e “a maioria dos governos parece estar aterrorizada diante dessa perspectiva”.

O problema é que não se pode vetar a circulação das informações pela internet, visto que é um veículo global e as decisões jurídicas são locais. Para coibir a comunicação via computador, seria necessário que todos os países entrassem

em um acordo sobre sua utilização e sobre as regras acerca do que pode ou não ser veiculado. No entanto, isto esbarraria em questões democráticas presentes na constituição de alguns países.

De acordo com Carvalho (2009), as redes de conhecimento são “os espaços onde ocorrem trocas de informações e experiências, utilizando ferramentas tecnológicas e de comunicação para a elaboração de projetos temáticos”. Desta forma, não só redes sociais são estabelecidas, como também a produção científica.

O foco é o trabalho cooperativo, não necessariamente no mesmo espaço geográfico, continuamente em busca do acesso e uso de informação para a construção do conhecimento, o desenvolvimento e a inovação. Isto porque a internet se contrapõe às barreiras geográficas e não impõe limites às comunicações.

Para Silva (2002), “a rede apresenta-se com o potencial de ser um motor de diluição das periferias e geração de cooperação”. Os utilizadores da Internet não seriam meros consumidores e produtores de informação, mas seres eminentemente sociais.

Historicamente falando, a rede era usada pelos militares no período de guerras, única e exclusivamente com fins estratégicos. Com o tempo foi tomando esse formato que tem hoje, com fins comerciais e regida pela economia, com base no sistema capitalista e responsável pelas transações virtuais. Passa a receber o nome de “economia digital”.

Para Santos (1996), “as redes e suas composições técnicas desempenham importante papel na integração territorial, pois permitem o transporte de matéria, de energia ou de informação”. Sua importância está na capacidade de redução do tempo e, principalmente no giro de capital.

Segundo Pires (2007), “o imperativo do ciberespaço e da era digital é um fato irreversível. O crescimento do comércio eletrônico e a troca de bens tangíveis e não-tangíveis pela Internet revelam essa tendência”. É como se o mundo todo estivesse conectado pela mídia globalizada.

Por isso é necessário aumentar a distribuição e a acessibilidade, pois quem está de fora deste processo é como se não pudesse fazer parte das transações comerciais, como se não estivesse por dentro do que acontece no mundo e como se, simplesmente, não existisse dentro da sociedade, tudo isso por não possuir uma identi-

dade digital e não estar conectado em rede com as demais pessoas da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cidadãos de hoje defendem a busca pela verdade e não mais notícias que favoreçam o Estado. Após o período de ditadura militar, a busca pela liberdade de expressão e, principalmente, pela verdade tornaram-se metas para a população cansada de ser censurada.

Mesmo que a informação não seja exata, para eles, esta não pode ser tendenciosa. “Por esta razão, até mesmo os Estados autoritários estão perdendo a batalha da mídia na Era da Informação” (CASTELLS, 2002). Indubitavelmente, o Estado está perdendo espaço.

Vale ressaltar, que os Estados não pretendem ficar de fora dessa tendência à globalização da mídia e, por mais cautelosa que seja sua aderência, não minimiza o fato de estarem perdendo o controle sobre o mundo da comunicação. Este lugar agora é ocupado pelos donos dos veículos de comunicação, que detém o poder de escolha sobre quem irão apoiar.

A briga agora pelo poder da informação está entre o poder público e o privado. O que oferecer maiores vantagens leva o direito de divulgar suas ações e produtos. É assim que nascem as alianças e parcerias entre os meios de comunicações de massa e o Estado ou dos primeiros com as empresas privadas.

Seria necessário criar uma educação para a cidadania, através do saber pensar, como essencial para a construção da consciência cidadã e a reorganização do conhecimento, para que as informações façam sentido. Além disso, é importante estabelecer uma relação entre ciência e mídia devido à influência crescente da indústria cultural na formação da opinião pública, na construção do imaginário popular, estabelecendo conexões inevitáveis entre a mídia e a escola.

Para Maranhão (2005), “só assim, com a pluralidade da informação e a democratização do acesso, será possível a aquisição do conhecimento crítico e reflexivo”. Nesse sentido, a mídia, a comunicação pública e a escola podem ser aliadas importantes para o esclarecimento da opinião pública e o fortalecimento do próprio Estado, para que exerça, de fato, seu poder como árbitro da sociedade e mediado por suas

representações sociais em benefício do bem-estar social.

Já para Castells (2002), “Ainda se encontram em discussão as possibilidades técnicas reais de bloquear o acesso à Internet sem que para isso seja necessário excluir da rede um país inteiro”. Basta que se tracem estratégias de privacidade e confidencialidade e que as punições e fiscalizações sejam eficazes.

Como alternativa, existe a seleção de informações, talvez mais viáveis que o bloqueio completo da comunicação. Entretanto, isso limitaria o alcance da interatividade e comprometeria o acesso a informações importantes. Por isso, seria mais prudente procurar um meio termo.

Mas, para isso, os países conectados teriam que chegar a um consenso, para que um sistema de monitoramento fosse estabelecido. Para alguns autores, como Castells (2002), “esta é uma batalha perdida. E com essa derrota, sobreviverá a perda de um dos principais sustentáculos do poder do Estado”.

Assim, faz-se necessário que o Estado imponha limites para o imoral, imprudente e ilegal, mas ao mesmo tempo amplie o acesso às tecnologias da informação para toda a sua extensão territorial e para toda a sua população, para que cada cidadão brasileiro possa ter sua identidade digital e não mais se sinta alheio ao processo de midiatização globalizada que o capitalismo nos impõe.

REFERÊNCIAS

BRITTOS, Valério Cruz, BOLAÑO, César Ricardi Siqueira. Políticas de comunicação, governo Lula e TV digital. *Liinc em Revista*, v.3, n.2, setembro 2007, p. 91-101

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. Comunicação e Documentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v.5, n.1/2, p. 117-141, jan./dez. 2009. XXIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: Relatório Final.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GAMBINI, Priscila Truviz Hottz. *Redes Globais & Redes de Cidades*. In: <http://www.ced-in.com.br/revistaeletronica/artigos/REDES%20>

GLOBAIS%20Priscila%20Gambini.pdf., 2011.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes, RABELO, Carolina Gladyer, GAMBIBI, Priscila Truviz Hotz. Soberania Compartilhada em Redes Globais. In: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/campos/alcindo_goncalves.pdf., 2011.

HAMELINK, Cees J. A Política de Comunicação Global. In: Globalização e Comunicação Internacional. Ano 15, 1º semestre 2008, p. 10-25.

JAMBEIRO, Othon, BOLAÑO, César, BRITTOS, Valério (org). Comunicação, Informação e Cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: EDUFBA, 2004.

JAMBEIRO, Othon, BRITTOS, Valério Cruz, SIMIS, Anita. O Capitalismo Internacional e as Novas Configurações da Regulação da Informação e da Comunicação. 2011

MARANHÃO, Mariana. Comunicação pública e seus antagonismos no século XXI. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. www.eptic.com.br, Vol. VIII, n. 6, Sep. – Dic. 2005.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Ciberespaço e Regulamentação das Estruturas Virtuais de Acumulação no Brasil: a institucionalização da internet e das Relações de Comércio Eletrônico. XI Encontro de Geógrafos da América Latina - XI EGAL. Geopolítica, globalização e mudança ambiental: desafios no desenvolvimento latinoamericano. De 26 a 30 de março de 2007. Bogotá, Colômbia, Universidade Nacional de Colômbia.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção, São Paulo, Hucitec, 1996.

SILVA, Lídia de Jesus Loureiro da. Implicações cognitivas e sociais da globalização das redes e serviços telemáticos: estudo das implicações da comunicação reticular na dinâmica cognitiva e social da Comunidade Científica Portuguesa. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, 2002.